



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

---

ABERTURA DA VI REUNIÃO  
MINISTERIAL SOBRE MEIO AMBIENTE  
NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Palácio do Itamarati  
Brasília, DF  
30 de março

---

Os países da América Latina e Caribe precisam ficar unidos e não permitir que os países desenvolvidos, causadores da poluição atual, depositem os resíduos em nossos territórios e cortem os recursos capazes de combater a poluição.

---

*18 de março — O Governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, lança no Rio de Janeiro o Partido da Reconstrução Nacional (PRN), afirmando que por trás dos problemas nacionais há uma crise moral.*

*20 de março — O Ministério da Fazenda conclui, em Amsterdã, acordo com os bancos credores. O Brasil receberá, em duas semanas, US\$ 600 milhões, referentes à segunda parcela de empréstimo de US\$ 5,2 bilhões.*

**É** com um sentimento profundo de fraternidade, que une cada vez mais nossos povos, que presido a sessão inaugural da VI Reunião Ministerial sobre o Meio Ambiente na América Latina e no Caribe, promovida sob os auspícios das Nações Unidas para o meio ambiente e do governo brasileiro.

---

Inicialmente, expressei o reconhecimento do Brasil e creio interpretar o sentimento de todos os países aqui representados, pelo trabalho dinâmico e construtivo que o programa vem desenvolvendo sob a direção do Dr. Mostafa Tolba, que infelizmente não pôde estar aqui presente.

Registro, também, com muito agrado a presença do meu caro amigo Dr. Enrique Iglesias, Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que com talento e criatividade tanto se tem destacado em funções oficiais de seu país quanto em organizações internacionais.

Os problemas ambientais constituem hoje em dia um dos temas centrais da agenda internacional e será sem dúvida o tema mais apaixonante do futuro. Porque ele diz respeito à sobrevivência do homem na face da Terra.

De repente o homem, que julgava os nossos recursos naturais inesgotáveis e a Terra inatingível pela morte, percebe que o mundo está ameaçado por níveis crescentes de degradação da natureza, através da degradação da atmosfera, dos solos, dos rios e oceanos, e que é preciso mobilizar recursos nacionais e internacionais para enfrentar estes problemas em suas diversas manifestações.

A indagação que fazemos é: como percorremos esse caminho?

Quem destruiu a capa vegetal do planeta?

Quem criou e desenvolveu a civilização dos gases?

Quem, à custa de padrões crescentes de bem-estar, dilapidou os recursos naturais?

Nessa alucinada trajetória, coube aos países subdesenvolvidos contribuir com a mais trágica das poluições, a poluição da pobreza e todas as formas de exploração de que foram vítimas os povos ao longo dos séculos, com a poluição colonial, escravizadora, desumana e cruel.

Desde a Conferência de Estocolmo, de 1972, têm-se sucedido iniciativas tendentes a organizar e aperfeiçoar a cooperação internacional para a preservação do meio ambiente.

O Brasil, juntamente com os demais países da América Latina e do Caribe, tem dado para tanto uma contribuição que não hesito em qualificar de muito positiva.

---

Em matéria ambiental, como de resto em todas as principais questões internacionais, é preciso não perder de vista as diferenciações que separam o núcleo de países desenvolvidos da maioria das nações ainda submetidas a carências fundamentais.

Não podemos afastar a conexão profunda dos problemas ecológicos com a injusta ordem econômica e social do mundo.

Para uma grande parcela da humanidade, é o subdesenvolvimento que está na própria raiz dos problemas.

Pobreza e degradação do ambiente físico constituem elementos de um círculo vicioso que condena milhões de pessoas a viverem em condições incompatíveis com a dignidade humana.

Os principais obstáculos à solução da questão ambiental residem na iniquidade das terríveis desigualdades existentes, no fosso entre ricos e pobres, na deterioração dos termos de troca, no crescente protecionismo dos países industrializados e no insuportável peso da dívida externa, que transformou os países em desenvolvimento em exportadores líquidos de capital.

O ponto crucial dos esforços de cooperação internacional para a proteção e melhoria do meio ambiente deve, pois, residir precisamente na criação de um ambiente econômico internacional capaz de promover a erradicação do desemprego e da pobreza, e não de perpetuá-los.

Por sua vez, a adoção, pelas instituições financeiras internacionais, de novas formas de condicionalidades para a concessão de créditos aos nossos países compromete os esforços nacionais de desenvolvimento e implica, na prática, uma redução de recursos, em detrimento da própria causa ambiental.

É de esperar, ao contrário, um enfoque positivo, em que a ação dos organismos internacionais privilegie a adicionalidade de recursos, em termos de concessões, para o financiamento de projetos de proteção ambiental.

Ademais, como parte essencial do esforço de cooperação internacional, devem ser asseguradas aos países em de-

---

envolvimento condições de livre acesso, sem custo comercial, a novas tecnologias para a conservação do meio ambiente.

A legítima preocupação ambiental, de inspiração tão nobre, não pode ser colocada a serviço de interesses comerciais, que pretendem fazer da proteção ambiental apenas uma nova e rendosa fonte de lucros.

Nem para retrocessos históricos, numa volta ao tempo das intervenções, de um novo sistema colonizador a ser determinado por organismos supranacionais.

O Brasil está ciente da gravidade dos problemas ambientais e não poupará esforços no sentido de conciliar seus imperativos de desenvolvimento econômico e social com os objetivos de proteção de seu meio ambiente.

Decidido a prevenir e corrigir a deterioração ambiental em seu próprio território, o Brasil preocupa-se com o estado do meio ambiente em larga escala.

Estamos convencidos de que a gravidade dos problemas ambientais com que o mundo hoje se depara decorre principalmente dos padrões de industrialização e consumo nos países desenvolvidos.

Esta é a origem da exaustão acelerada dos recursos naturais do planeta e da emissão cada vez mais importante, em termos absolutos e relativos, de elementos poluentes na atmosfera.

Conforme começa a ser universalmente reconhecido, é sobre os países industrializados que recai a responsabilidade primordial pela reversão do processo de degradação ambiental.

São esses países que dispõem não apenas de maiores recursos, mas de possibilidades efetivas de diminuir substancialmente a emissão de elementos poluentes na atmosfera, seja mediante a redução do consumo supérfluo e irracional de combustíveis fósseis, seja mediante o desenvolvimento de fontes alternativas de energia.

A industrialização e a integração de novas áreas à economia dos países em desenvolvimento, na verdade, respondem em irrelevantes porções, porções marginais mesmo, pelos atuais níveis de poluição da atmosfera.

---

Preocupa-nos sobremaneira o depósito indiscriminado de resíduos tóxicos na natureza e as tentativas de transferir esses resíduos para o território dos países em desenvolvimento.

Essas tentativas foram objeto de firme condenação por ocasião da primeira reunião de Estados da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, realizada no Rio de Janeiro em julho do ano passado.

Do debate internacional sobre as questões ambientais, não pode ainda omitir-se a constatação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o desenvolvimento de que a existência de enormes arsenais de armamento nuclear e de outros meios de destruição em massa constitui a principal ameaça à preservação do meio ambiente e à sobrevivência da espécie humana.

É, por outra parte, preocupante que o debate internacional sobre meio ambiente se esteja processando com certa dose de emocionalismo, o que tende a desvirtuar o sentido e a direção que deve assumir a cooperação internacional para o equacionamento dos problemas.

O tom emocional do debate assume por vezes caráter acusatório, maniqueísta e demagógico, que em nada serve à promoção da causa ambiental.

A persuasão cede passo a tentativas de intimidação, a ameaças explícitas ou veladas, que pretendem até mesmo questionar o princípio da soberania dos Estados, na tentativa de submetê-los a condicionalidades inteiramente inaceitáveis.

Ora, como todos os países latino-americanos e caribenhos aqui representados, o Brasil formou sua nacionalidade através da emancipação do jugo colonial.

Para nossos povos, soberania e liberdade são valores absolutos e irrenunciáveis.

Como País independente e soberano, o Brasil privilegia e promove a cooperação, como instrumento fundamental de seu relacionamento internacional.

Não podemos aceitar mecanismos de imposição da vontade dos mais fortes sobre os mais fracos, dos mais ri-

---

cos sobre os mais pobres, dos mais desenvolvidos sobre os menos avançados.

A autodeterminação dos povos e a igualdade soberana dos Estados são dois princípios capitais da Carta das Nações Unidas.

Sob a égide do primeiro desencadeou-se o processo de descolonização — infelizmente ainda inconcluso — que sucedeu à última guerra mundial.

E a intocabilidade do segundo constitui a melhor garantia de que esse processo não será revertido.

Senhores Ministros,

Senhores Delegados,

O Brasil nunca descuidou do problema ambiental e constantemente vem atualizando procedimentos e tomando novas iniciativas.

Agora mesmo lançamos um novo programa, denominado «Nossa Natureza».

Ele representa um novo e grande esforço para atualizar o diagnóstico da situação ambiental e propõe um elenco de recomendações que emanaram dos seis grupos de trabalho instituídos por ocasião do lançamento do programa.

As recomendações apontam para a urgência de um amplo leque de medidas; a elaboração de um plano nacional de meio ambiente, que subsidiará o Plano Plurianual de Governo; a reestruturação do sistema governamental de controle e preservação do meio ambiente; a criação de novas reservas florestais e áreas indígenas; a revisão, ordenamento e agilização da legislação ambiental brasileira, inclusive quanto ao uso de substâncias químicas e processos de mineração; a ampliação do zoneamento ecológico, particularmente na área amazônica; a revisão e o disciplinamento da aplicação de incentivos fiscais, créditos oficiais e incentivos públicos na Amazônia.

Serão adotadas, ainda, medidas complementares de apoio à execução do programa, tais como a agilização da execução da reforma agrária no País; a intensificação da ocupação econômica na região Centro-Oeste; a formulação de um programa integrado de apoio à dinamização da jus-

---

tiça e da segurança pública na Amazônia; o estudo da viabilidade de uma estrutura unificada de monitoramento territorial; e o estudo da viabilidade de formação de um fundo para canalizar recursos internos e externos, que vierem a ser aduzidos a projetos de proteção do meio ambiente.

Por ocasião da última Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, o Brasil teve a oportunidade de oferecer-se para sediar a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, que deverá realizar-se no contexto da comemoração do 20º aniversário da histórica Conferência de Estocolmo.

A conferência deverá representar um marco efetivo de promoção da cooperação internacional para a proteção do meio ambiente.

O Brasil espera merecer o apoio de todos os países latino-americanos e caribenhos, representados nesta reunião ministerial, a fim de que o seu oferecimento encontre acolhida favorável no âmbito das Nações Unidas e a conferência possa ser realizada em nossa região.

Desejaria finalmente assinalar o esforço que os oito países amazônicos estão empreendendo para promover o desenvolvimento harmônico de seu rico patrimônio natural.

A declaração de São Francisco de Quito, adotada há apenas três semanas em reunião ministerial do Tratado de Cooperação Amazônica, inclui um importante capítulo sobre a proteção ambiental.

Ao rechaçar inequivocamente qualquer ingerência externa nessa matéria, a declaração expressa a firme intenção dos países-membros de ampliar e reforçar os mecanismos de cooperação voltados para a proteção do meio ambiente da Amazônia.

Temos todos consciência de nossas responsabilidades para com a conservação de nosso grande patrimônio físico.

Esse dever é nosso.

E nós o assumimos.

Não nos podem dar lições aqueles que nos mostram o caminho do que não se deve fazer em matéria de meio ambiente.



---

Nós queremos dar exemplos.

Esse dever é nosso e jamais poderemos abdicar daquilo que tanto nos custou: a liberdade soberana.

A presente Reunião Ministerial sobre o Meio Ambiente na América Latina e no Caribe, que o Brasil tem a honra de sediar, marca um decisivo passo adiante, nesse caminho da cooperação.

Confio em que os resultados das deliberações deste encontro traduzirão fielmente o espírito que nos anima e formulo aos senhores votos de um fecundo e proveitoso trabalho.